

Amanhecer

Escola Secundária de Barcelos n.º 36 | 2018

as tradiç
as o patr
as mome
n de u
nclau
o são o
o oás o



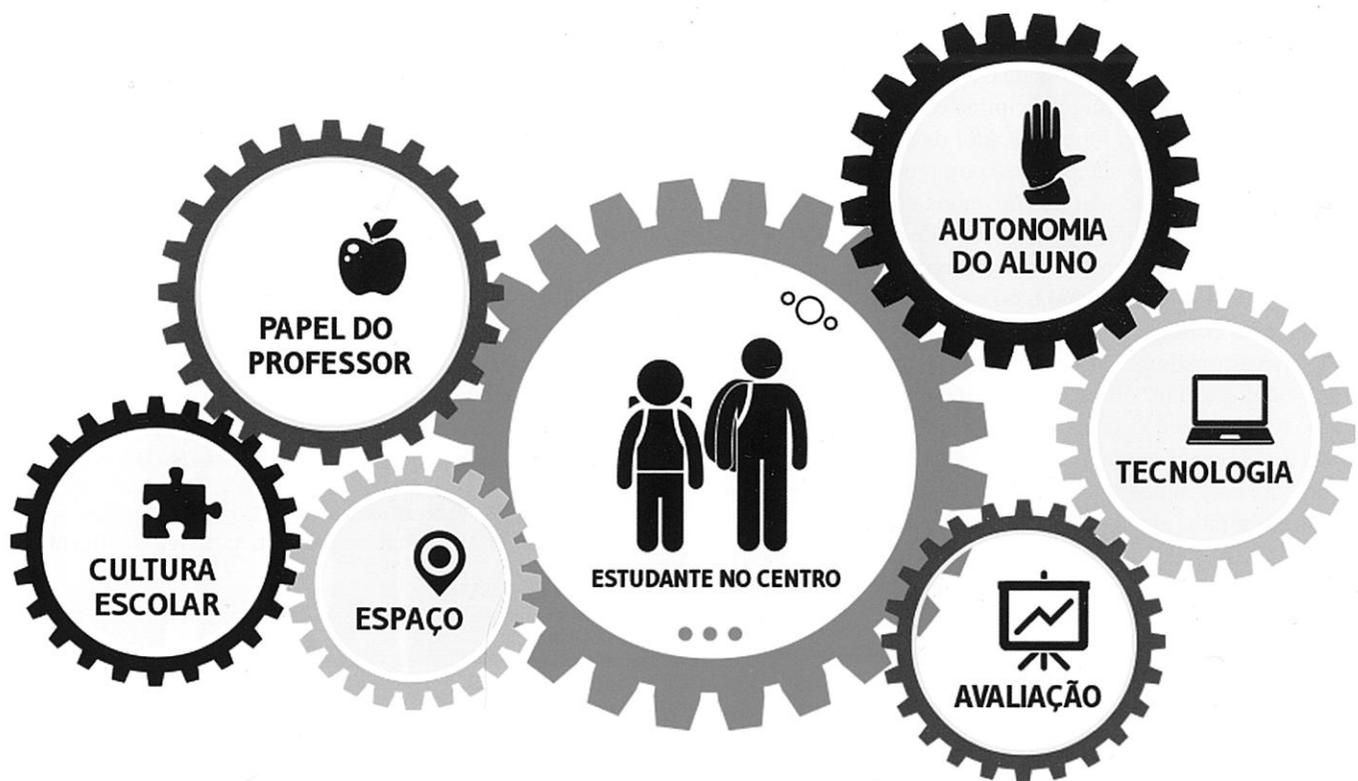
Por uma cultura de diálogo e de convivência na escola

“A indisciplina é um problema recorrente e grave na sala de aula. Basta um aluno para estragar uma aula e colocar o processo de ensino e aprendizagem em causa. Do ponto de vista do docente, a indisciplina revela-se em algo exaustivo e desafiador, representa sem dúvida uma enorme dificuldade para o trabalho dos professores. Só quem vive esta questão no seu quotidiano tem a real dimensão deste problema, como ele pode conduzir um excelente profissional à desmotivação para com a profissão e, muitas vezes, até ao abandono. Indisciplina traduz-se num comportamento que contraria alguns dos princípios do regulamento interno ou as regras básicas estabelecidas pela escola ou pelo próprio professor. A indisciplina surge quando existe uma relação desequilibrada entre o professor e o aluno, é quando o aluno quer mostrar que não está de acordo com as exigências do professor, com os valores que ele pretende impor, com os seus critérios de avaliação, com a sua parcialidade, ou, simplesmente não consegue acompanhar a aula, etc. No fundo, é uma forma de o aluno contestar, responder à autoridade do professor. (...) Mas os motivos que conduzem à indisciplina podem ser extrínsecos à aula, ao professor, à escola, tais como por exemplo: problemas familiares, de inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, carências sociais e/ou afetivas, etc”.

(Resposta de uma professora a um questionário lançado pelo autor do presente texto, no âmbito de uma ação de formação realizada em 2017)

Na sociologia da educação e nos mass media, ao longo de muitas décadas impôs-se, quase sem discussão, uma visão, uma perspetiva marcadamente conflituosa sobre a escola. Em consequência, a escola, e nela, a interação na sala de aula têm sido vistas como espaços ou contextos interativos essencialmente conflituais, cheios de tensões hostis, onde a transação pedagógica e educativa que supostamente deve acontecer entre professores(as) e alunos(as) tem muita dificuldade em acontecer, ou não acontece mesmo, tornando-se praticamente impossível concretizar, com um mínimo de sucesso, o processo ensino/aprendizagem, em todas as suas dimensões (científica-cognitiva, cultural, de desenvolvimento pessoal). Clássicos da sociologia da educação e da escola, como, por exemplo, Durkheim (1972), Waller (1932) e Jackson (1968) defenderam, com brilhantes argumentações sociológicas, a ideia de que por razões sociais, culturais, institucionais e organizacionais o conflito entre os professores e os alunos é inevitável, e só pode ser controlado (nunca erradicado) com base numa ação pedagógica e educativa necessariamente assente numa relação institucional e interpessoal assimétrica e hierárquica, num modelo organizacional que proteja a autoridade (a liderança) institucional dos professores sobre os alunos (Gomes, 2009a). A socióloga britânica Sara Delamont (1976), num livro célebre, viu na metáfora da guerra a melhor maneira de descrever e sintetizar o que se

passa no interior da escola e da sala de aula! Nesta perspetiva teórica (e ideológica) o professor é visto como um superior hierárquico do aluno, e este, por seu lado, é visto como um inferior hierárquico, um subordinado, um participante inferior na organização (Etzioni, 1975) que deve obedecer, de forma acrítica e automática, logo sem qual contestação ou simples questionamento, às (autoritárias) vozes de comando dos professores, no quadro de uma quase marcial definição de disciplina (Weber, 1997). Nesta perspetiva, a relação entre os professores (adultos) e alunos (crianças e/jovens) é, pois, assimétrica, e logo impositiva, quer no plano cultural (a escola impõe os ideais, os valores, as visões do mundo e da sociedade, que considera válidos ou legítimos), quer no plano pedagógico (o professor deve controlar todos os aspetos da interação na sala de aula e impor a sua autoridade). Na sociologia da educação (principalmente através de estudos e análises sobre o tema da indisciplina e da violência na escola (Quaresma 2010), e nos mass media (sobretudo através de frequentes reportagens sobre casos chocantes) numerosos exemplos chamaram a atenção do conjunto da sociedade para o angustiante drama vivido até ao esgotamento físico e psicológico e ao desejo de fuga pela generalidade dos professores. De forma avassaladora, os mass media impuseram no imaginário educacional e social, os perturbantes temas da indisciplina e da violência como um dos principais (senão mesmo o principal problema) da escola enquanto



instituição social.

Esta visão – de clara tendência generalizante - foi criticada por autores que chamaram a atenção para o que consideraram ser uma utilização exagerada, e nem sempre empírica ou contextualmente justificada da noção de conflito na análise sociológica da relação pedagógica (cf. Werthman, 1963; Blackledge & Hunt, 1985). Com efeito, na escola - provavelmente em qualquer escola- independentemente do contexto social em que se situe - existem, sempre, ao longo de cada dia, de cada semana, de cada ano letivo, dinâmicas muito diferentes ou opostas, umas conflituais, outras consensuais, ou, pelo menos, tendencialmente convergentes, em função da presença interativa de um conjunto diverso de variáveis só captáveis situacionalmente, através da pesquisa empírica que privilegie o contato direto com as dinâmicas interativas e respectivos protagonistas (Gomes, 1993).

Ou seja, como bem sabem os professores e os alunos, na escola não se está sempre em pé de guerra! (Gomes, 2009). Surgem, sem dúvida, situações conflituais, em diferentes graus ou níveis de intensidade ou gravidade, mas também situações não conflituais, de convergência, de reciprocidade, ou mesmo de harmonia entre professores e alunos - em diversos níveis ou graus de intensidade - em que tudo corre globalmente bem, ou seja, situações em que há condições para ensinar e aprender! Por experiência própria, porque as condicionantes da profissão implicam, muitas vezes, trabalhar, ao

longo da carreira, em várias escolas, por sua vez situadas em diversos contextos sociais e culturais, os professores/as (quais sociólogos práticos!) sabem que numa dada escola podem ter, no mesmo ano letivo, quadros interativos muito diferentes com as várias turmas a seu cargo, nuns casos, relações pacíficas, noutros, conflituais. E os alunos também sabem muito bem (particularmente a partir de uma certa idade, e conseqüente conhecimento prático da escola) que estabelecem e desenvolvem relações muito diferentes com os vários professores com quem interagem ao longo de um ano letivo (Gomes, 1997). E também sabem, tal como os professores, que, numa dada turma, relações inicialmente pacíficas podem evoluir para relações conflituais, e vice-versa, que o “clima” na sala de aula muda, muitas vezes, de forma surpreendentemente caleidoscópica! Na escola, numa dada turma, um variado conjunto de fatores pode contribuir para a irrupção de situações ou dinâmicas conflituais, ou, em sentido contrário, para o estabelecimento de dinâmicas convergentes, ou mesmo consensuais (Gomes, 2009, b e c).

Mas esta caleidoscópica, e, por vezes, estonteante complexidade da escola, e muito particularmente da sala de aula, por razões que julgo sobretudo relacionadas com os pressupostos ideológicos de que partem, ou pelos limites do tipo de abordagem que fazem à escola, não foi vista ou reconhecida por muitos sociólogos da educação e da escola, e também por

muitos mass media, empresarialmente focados numa lógica de espetáculo e de alarme social! (Bourdieu, 1997). E aqui não se trata de desvalorizar o fenómeno da indisciplina e da violência na escola, mas tão só de o relativizar... um pouco...

Face aos fenómenos da indisciplina e da violência - que na prática constituem um forte indicador da exagerada presença na escola (principalmente pública) portuguesa de uma cultura conflitual - julgo que não nos devemos contentar com uma posição passiva ou contemplativa - atitude que acaba por conduzir à indiferença, ao refúgio em pedagogias e estratégias de sobrevivência (Gomes, 1991), ou a um inconsequente posicionamento crítico, sem disponibilidade para participar numa ação transformadora. Tenho a convicção de que o recorrente "mal-estar docente" se deve, em parte significativa (mas há, como todos sabemos, muitos outros fatores, internos e externos à escola) ao facto de muitos professores se verem sistematicamente confrontados com condutas disruptivas protagonizadas por muitos alunos de diferentes idades e origens sociais, que agem na mais completa indiferença e desprezo pelo binómio direitos/deveres que deve pautar a sua conduta na escola (Gomes, 2013; Mónica, 2014a; Mónica, 2014b). Este assustador *modus vivendi* parece ter sido naturalizado, ou mesmo cristalizado, instalando-se, ao longo das últimas décadas, a fatalista convicção de que estamos condenados a este cenário para todo o sempre! Julgo ser necessário re(agir), e, por isso, dada a impossibilidade de prolongar (e fundamentar) a argumentação neste breve ensaio, deixo para os leitores/as - professores, alunos, pais e encarregados de educação, e tutti quanti - para reflexão, um conjunto de - pelo menos para mim - inquietantes, mas também altamente estimulantes questões:

1. Não será chegada a hora de nos empenharmos (professores, alunos, pais, mas também o poder político e os mass media) na construção de uma escola em que professores e alunos deixem de se posicionar como se fossem adversários ou inimigos, reproduzindo, até à exaustão, dinâmicas e situações interativas nas quais ensinar e aprender não passam, muitas vezes, de palavras vãs?

2. Não será chegada a hora de na sociedade nas escolas portuguesas se trabalhar no sentido de criar as bases de uma sólida cultura de cooperação e reciprocidade entre professores e alunos, com base no respeito mútuo, no reconhecimento da autoridade e legitimidade democráticas dos professores, no desempenho das suas funções pedagógicas e educativas, no claro entendimento de que na escola não há só direitos mas também deveres (cf. Estatuto do Aluno, 2012) e limites que não devem ser ultrapassados?

3. Não será chegada a hora de promovermos e progressivamente consolidarmos uma escola baseada numa relação interpessoal, institucional, pedagógica e educativa mais aberta à inovação pedagógica, à promoção de pedagogias ativas, e, e logo da participação dos alunos?

4. Não será chegada a hora de fazer um apelo à convergên-

cia de todos os setores da comunidade educativa em torno de um conjunto de ideais, valores, normas e regras orientados para a convivência cívica e democrática nas escolas, que contribua para que ela possa voltar a ter sentido para todos! (cf. Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986)

5. Não será chegada a hora de os alunos assumirem, também eles, uma parte da tarefa da construção de uma outra escola na qual alunos e professores se apoiem e respeitem mutuamente, focando-se, nessas novas condições e clima, naquilo que é verdadeiramente essencial: passar um bom, talvez inesquecível tempo na escola, fazendo amizades para a vida, aprendendo efetivamente, e abrindo horizontes de realização pessoal e profissional, no quadro de uma intencional ação educativa apostada em contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs identificados (as) com valores cívicos, democráticos, humanistas, e universalistas? (Gomes 2003).

Carlos Alberto Gomes | Departamento de Ciências Sociais da Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho

Referências bibliográficas

- Blackledge, David. & Hunt, Barry. (1985). *Sociological Interpretations of Education*. London. Croom Helm.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras. Celta Editora
- Delamont, Sara (1987). *Interação na Sala de Aula*. Lisboa. Livros Horizonte. (1.ª edição, em 1976)
- Durkheim, Émile. (1976). *Educação e Sociologia*. Sao Paulo. Edições Melhoramentos. (1.ª edição, 1922)
- Etzioni, Amitai (1975). *Análise Comparativa de Organizações Complexas. Sobre o Poder, o Engajamento e seus Correlatos*. São Paulo. Zahar Editores.
- Gomes, Carlos Alberto (1991). "As estratégias dos professores na sala de aula: ação profissional ou sobrevivência?". In *O Professor* n.º 22, pp.45-50.
- Gomes, Carlos Alberto (1993). "Estratégias na Sala de Aula: questões teóricas e metodológicas". In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Atas do II Congresso Português de Sociologia, Volume II*, pp. 602-615.
- Gomes, Carlos Alberto (1997). "A Escola Segundo os Alunos". in *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 7, pp, 157-186 (in Dossier Diálogos sobre o Vivido).
- Gomes, Carlos Alberto (2003). "Democracia Política e Cidadania Democrática no Ensino Secundário". in José da Silva Ferreira e Carlos Vilar Estêvão, *A Construção de uma Escola Cidadã, Público e Privado em Educação, Externato Infante D. Henrique*, Ruilhe, Braga, pp. 43-52.
- Gomes, Carlos Alberto (2009a). "Poder, Autoridade e Liderança Institucional na Escola e na Sala de Aula: perspetivas sociológicas clássicas". in *Ensaio*, n.º 63, Vol. 17, Fundação Cesgranrio, São Paulo, Brasil.
- Gomes, Carlos Alberto (2009b). *Guerra e Paz na Sala de Aula*. Rui Costa Pinto Edições.
- Gomes, Carlos Alberto (2009c). "Configurações Interativas na Sala de Aula: conflito versus cooperação". in *Revista Trajetos*, n.ºs 13-14, Lisboa, ISCTE, Editora Fim de Século.
- Gomes, Carlos Alberto (2013). *Estatuto do Aluno, Educação e Democracia: uma perspetiva e algumas interrogações*. in *Revista Diversidades*, n.º 40, Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional, Direção Regional da Educação da Madeira, pp. 23-36.
- Jackson, Philip W. (1968). *La Vida en las Aulas*. Madrid. Ediciones Marova.
- Mónica, Maria Filomena (2014a). *Diários de Uma Sala de Aula*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mónica, Maria Filomena (2014b). *A Sala de Aula*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Quaresma, Luísa (2010). "Interação, Disciplina e Indisciplina". In *Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação*. Lisboa. Mundos Sociais., pp. 159-171.
- Waller, Willard (1932). *The Sociology of Teaching*. New York: John Wiley & Sons.
- Weber, Max (1997). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa. Edições 70.
- Werthman, Carl (1963). "Delinquents in Schools: a test for the legitimacy of authority". In *Berkeley Journal of Sociology*, 8, pp. 39-60.

Referências documentais

- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro).
- Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro).